

**PARTE D****TRIBUNAL CONSTITUCIONAL****Acórdão (extrato) n.º 160/2018****Processo n.º 226/18****III — Decisão**

12 — Pelo exposto, decide-se negar provimento ao recurso.

Lisboa, 3 de abril de 2018. — *Maria José Rangel de Mesquita — José Teles Pereira — Fernando Vaz Ventura — Catarina Sarmiento e Castro — Joana Fernandes Costa — João Pedro Caupers — Maria Clara Sottomayor — Pedro Machete — Maria de Fátima Mata-Mouros — Gonçalo Almeida Ribeiro — Manuel da Costa Andrade.*

Texto integral do Acórdão disponível no sítio eletrónico do Tribunal Constitucional:

<http://www.tribunalconstitucional.pt/tc/acordaos/20180160.html?impressao=1>
311314358

MINISTÉRIO PÚBLICO**Procuradoria-Geral da República****Despacho (extrato) n.º 4715/2018****Renovação da designação de especialista de informática, grau 3 nível 1, como coordenadora técnica de informática**

Por forma a continuar a assegurar as funções na área de especialização de Desenvolvimento Aplicacional e Sistemas de Informação, ao abrigo do disposto no n.º 3 do artigo 14.º do Decreto-Lei n.º 97/2001, de 26 de março, e por meu despacho de 30 de abril de 2018, renovo a designação

da especialista de informática, grau 3, nível 1 mestre Cândida Maria dos Santos Ferreira, no cargo de coordenadora técnica de informática, pelo período de 2 anos, com efeitos a partir do dia 1 de maio de 2018.

30 de abril de 2018. — O Secretário da Procuradoria-Geral da República, *Carlos Adérito Teixeira*, Procurador da República.

311312908

Despacho (extrato) n.º 4716/2018**Renovação da designação de especialista de informática grau 3, nível 1, como coordenador técnico de informática**

Por forma a continuar a assegurar as funções na área de Administração de Sistemas e Redes, ao abrigo do disposto no n.º 3 do artigo 14.º do Decreto-Lei n.º 97/2001, de 26 de março, e por meu despacho de 30 de abril de 2018, renovo a designação do especialista de informática grau 3 nível 1, lic. José Luís Cristóvão, no cargo de coordenador técnico de informática, pelo período de 2 anos, com efeitos a partir do dia 1 de maio de 2018.

30 de abril de 2018. — O Secretário da Procuradoria-Geral da República, *Carlos Adérito Teixeira*, Procurador da República.

311312868

Conselho Superior do Ministério Público**Despacho (extrato) n.º 4717/2018**

Licenciado **António Caetano do Vale**, procurador da República colocado no Tribunal Administrativo e Fiscal de Viseu, cessa as funções por efeito de aposentação por incapacidade.

26 de abril de 2018. — O Secretário da Procuradoria-Geral da República, *Carlos Adérito da Silva Teixeira*.

311308412

**PARTE E****ESCOLA SUPERIOR DE ENFERMAGEM DE COIMBRA****Despacho n.º 4718/2018**

Nos termos e para os efeitos previstos no n.º 6 do artigo 36.º da Portaria n.º 83-A/2009, de 22 de janeiro, na atual redação, torna-se público que a lista unitária de ordenação final dos candidatos aprovados, no âmbito do procedimento concursal com vista ao preenchimento de um posto de trabalho na carreira de Assistente Técnico, do mapa de pessoal da Escola Superior de Enfermagem de Coimbra, na modalidade de contrato de trabalho em funções públicas, a termo resolutivo incerto, publicado no *Diário da República*, 2.ª série, n.º 176 de 07 de setembro de 2017, homologada por meu despacho de 26 de abril de 2018, será afixada em local visível e público da Escola e disponível na página eletrónica deste serviço em www.esenfc.pt, a partir da data da publicação do presente aviso no *Diário da República*.

27 de abril de 2018. — A Presidente, *Maria da Conceição Saraiva da Silva Costa Bento*.

311309896

ISCTE — INSTITUTO UNIVERSITÁRIO DE LISBOA**Edital n.º 479/2018**

Torna-se público que por despacho reitoral de 6 de julho de 2017 se encontra aberto, pelo prazo de trinta dias úteis a contar do dia imediato

ao da publicação do presente edital no *Diário da República*, concurso documental internacional de recrutamento, na modalidade de contrato de trabalho em funções públicas por tempo indeterminado, para dois postos de trabalho para a categoria de Professor/a Auxiliar, na área disciplinar de Políticas Públicas do Departamento de Ciência Política e Políticas Públicas do ISCTE-IUL. O concurso é aberto nos termos dos artigos 37.º a 51.º e 62.º-A do Estatuto da Carreira Docente Universitária, anexo ao Decreto-Lei n.º 205/2009, de 31 de agosto, e alterado pela Lei n.º 8/2010, de 13 de maio, adiante designado por ECDU, e demais legislação aplicável, designadamente do Regulamento de Recrutamento, Seleção e Contratação de Pessoal Docente de Carreira do ISCTE-IUL, publicado no *Diário da República*, 2.ª série, n.º 193, de 4 de outubro de 2010, e esgota-se com o preenchimento dos postos de trabalho colocados a concurso. A avaliação do período experimental é feita nos termos do Regulamento do Regime de Vinculação do Pessoal Docente do ISCTE-IUL tendo em conta o estabelecido no Regulamento de Serviço dos Docentes do ISCTE-IUL e no Regulamento de Avaliação de Desempenho dos Docentes do ISCTE-IUL.

I — Requisitos de admissão

1 — Ser titular do grau de doutor nas áreas de Ciência Política, Políticas Públicas ou Administração Pública ou em áreas afins, consideradas adequadas ao concurso pela maioria dos membros do júri. Caso o doutoramento tenha sido conferido por instituição de ensino superior estrangeira, o mesmo tem de ser reconhecido por instituição de ensino superior portuguesa, nos termos do disposto no Decreto-Lei n.º 341/2007, de 12 de outubro. Para mais informações consulte <http://www.dges.gov.pt/pt/pagina/registo-de-diploma?plid=374>